

# **Demonstrações Financeiras**

## **Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo**

31 de dezembro de 2023  
com Relatório do Auditor Independente



## Relatório da Administração 31 de dezembro de 2023

### COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhores(as) Associados(as),

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB SP.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

#### 1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

#### 2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com uma Agenda que contempla o Plano de Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse [www.sicoob.com.br/sustentabilidade](http://www.sicoob.com.br/sustentabilidade).

#### 3. Nossa cooperativa

O SICOOB SP é uma instituição financeira cooperativa, voltada à prestação de serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das 14 cooperativas singulares filiadas ativas em 31 de dezembro de 2023. Somos responsáveis pela centralização dos recursos captados pelas singulares e, também atuamos na padronização e supervisão das operações, assessoramento jurídico, comunicação, organização e logística, controladoria e gestão de riscos, capacitação, negócios e tecnologia.

#### 4. Política de Crédito

A concessão de empréstimos é realizada para cooperativas filiadas após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99.

## 5. Governança Corporativa

A governança corporativa tem a finalidade de alinhar as relações entre as partes envolvidas no que toca ao objetivo de um determinado modelo de negócio, com o fim de garantir sua sustentabilidade.

Trazendo este conceito para o cooperativismo, as ações da governança corporativa são adotadas de acordo com os valores e princípios do cooperativismo, conciliando o objeto social com os interesses dos agentes de governança.

São considerados agentes de governança do Sicoob SP as Cooperativas Singulares, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Risco, e demais partes interessadas, conforme as leis e normativos que regulamentam as atividades das cooperativas de crédito.

A Assembleia Geral é o órgão soberano do Sicoob SP, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, observando-se que as suas deliberações vinculam todas as Singulares filiadas.

Por sua vez, o Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.

Seguindo a previsão estatutária, compete à Diretoria Executiva adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de ações que mitiguem os riscos inerentes às atividades desta Central, dentre outras atividades previstas no Estatuto Social.

As estratégias definidas pelo Conselho de Administração e executadas pela Diretoria Executiva são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, que possui, dentre outras, a competência de opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer.

Nos termos do inciso II, do art. 8º, da Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, foi constituído o Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento do Conselho de Administração que tem como finalidade a avaliação independente, autônoma e imparcial, manifestando-se sobre a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis e financeiras, a efetividade e a adequação do sistema de controles internos, dentre outros aspectos previstos em seu regimento interno.

Por seu turno, o Comitê de Riscos, instituído em atenção à Resolução nº 4557, de 23 de fevereiro de 2017, constituído pelo Conselho de Administração, tem a finalidade de assessorar o referido Colegiado para fins de gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital, nos termos da regulamentação vigente.

As atividades da governança corporativa do Sicoob SP são desempenhadas de acordo com as diretrizes de boas práticas de governança do Banco Central do Brasil, o Manual de Governança Corporativa do Centro Cooperativo Sicoob – CCS e o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC.

A alta administração do Sicoob SP está comprometida com as boas práticas de governança corporativa, atuando com transparência, mantendo um ambiente seguro e confiável do trânsito das informações do negócio com as cooperativas Singulares filiadas, por meio de estrutura de governança aderente às exigências normativas, composta por colaboradores capacitados para atender as necessidades da Central e orientar as Singulares nos temas de competência da área.

## 6. Sistema de Ouvidoria

As cooperativas filiadas ao Sicoob São Paulo, com exceção do Sicoob Credicitrus, aderiram ao convênio para compartilhamento e utilização do Componente Organizacional de Ouvidoria Único definido pelo SICOOB, o qual mantém sistema tecnológico específico, para a recepção e atendimento das reclamações recebidas por meio dos canais de 0800, WEB, Consumidor.gov e entre outros, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos e serviços, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

## 7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao FGCoop é de 0,0125%, do montante dos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia ordinária, registrados em títulos e em subtítulos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

## 8. Demonstrações dos Resultados

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Resultados financeiros	35,86%	58.408.042,89	42.992.745,41
Patrimônio Líquido	37,17%	522.893.873,56	381.200.376,36
Ativos	20,35%	13.563.919.695,83	11.270.652.003,70

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	0,00%	14	14

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Comercial	(76,96%)	423.854,67	1.839.917,67
Total	(76,96%)	423.854,67	1.839.917,67

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos a prazo	27,68%	1.136.794.852,37	890.367.545,75
Total	27,68%	1.136.794.852,37	890.367.545,75

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	37,99%	313.961.569,65	227.523.734,42

## 9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

**Conselho de Administração e Diretoria.**



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da  
**Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo ("Cooperativa Central") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa Central.

### Captações e aplicações correspondentes

A Cooperativa Central é parte integrante da estrutura organizacional do Sistema Cooperativo Sicoob e realiza, dentro do âmbito de suas operações, transações com demais instituições integrantes da referida estrutura. Dentre essas operações, em 31 de dezembro de 2023, destacam-se a captação de recursos com as cooperativas filiadas através da centralização financeira e da emissão de depósitos a prazo, nos montantes de R\$11.893.004 mil e R\$1.136.795 mil, respectivamente. Tais recursos são investidos em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, cujos montantes são de R\$8.265.066 mil e R\$5.028.833 mil, respectivamente. Devido a relevância dessas operações em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, consideramos captações e aplicações correspondentes como o principal assunto de auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria para as captações em depósitos a prazo incluíram, entre outros, a verificação, de forma amostral, da correta valorização através da reprecificação com base em taxas divulgadas no mercado, bem como da existência através dos extratos de custódia e confirmações externas. Para as captações através da centralização financeira, verificamos os extratos de centralização e realizamos procedimentos de confirmações externas com as cooperativas singulares afiliadas à Cooperativa Central. Para as aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários correspondentes, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a verificação das informações divulgadas nos sistemas dos órgãos custodiantes da posição detida pela Cooperativa, a verificação da correta valorização através da reprecificação com base em taxas e cotações divulgadas no mercado e procedimento de confirmação externa. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das captações e aplicações correspondentes, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração, na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Cooperativa Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.





Building a better  
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto  
Contador CRC-SP300534/O

## COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SICOOB SP  
 CNPJ: 63.917.579/0001-71  
 BALANÇO PATRIMONIAL  
 Em Reais



	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>		<b>13.563.919.695,83</b>	<b>11.270.652.003,70</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>3.419,99</b>	<b>1.842,29</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>13.296.179.730,23</b>	<b>11.073.292.272,18</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	8.265.066.012,39	7.546.920.093,43
Títulos e Valores Mobiliários	6	5.028.832.861,55	3.523.957.217,14
Operações de Crédito	7	423.854,67	1.839.917,67
Outros Ativos Financeiros	8	1.857.001,62	575.043,94
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>-</b>	<b>(5.215,14)</b>
(-) Operações de Crédito	7	-	(5.215,14)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>9</b>	<b>71.365,79</b>	<b>53.715,79</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>10</b>	<b>4.010.692,81</b>	<b>2.788.334,96</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>11</b>	<b>261.159.984,95</b>	<b>191.769.898,64</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>12</b>	<b>4.204.217,19</b>	<b>4.085.397,35</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>13</b>	<b>253.046,48</b>	<b>225.302,43</b>
<b>(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES</b>		<b>(1.962.761,61)</b>	<b>(1.559.544,80)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>13.563.919.695,83</b>	<b>11.270.652.003,70</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.563.919.695,83</b>	<b>11.270.652.003,70</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>14</b>	<b>1.136.794.852,37</b>	<b>890.367.545,75</b>
Depósitos a Prazo		1.136.794.852,37	890.367.545,75
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>11.893.257.805,71</b>	<b>9.992.897.115,79</b>
Relações Interfinanceiras	15	11.893.004.043,53	9.992.635.889,60
Centralização Financeira - Cooperativas		11.893.004.043,53	9.992.635.889,60
Outros Passivos Financeiros	16	253.762,18	261.226,19
<b>PROVISÕES</b>	<b>17</b>	<b>619.891,83</b>	<b>572.643,94</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>18</b>	<b>836.859,32</b>	<b>705.451,82</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>19</b>	<b>9.516.413,04</b>	<b>4.908.870,04</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20</b>	<b>522.893.873,56</b>	<b>381.200.376,36</b>
CAPITAL SOCIAL		471.981.638,74	337.618.324,76
RESERVAS DE SOBRAS		48.791.842,59	39.294.210,37
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(166.956,32)	(536.293,85)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.287.348,55	4.824.135,08
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.563.919.695,83</b>	<b>11.270.652.003,70</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>845.211.094,08</b>	<b>1.575.465.596,09</b>	<b>1.318.299.761,49</b>
Operações de Crédito	22	32.758,22	5.574.991,57	606.929,31
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	592.434.000,52	1.088.211.322,52	1.022.951.023,76
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	252.744.335,34	481.679.282,00	294.741.808,42
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>23</b>	<b>(820.015.928,86)</b>	<b>(1.522.708.379,28)</b>	<b>(1.282.629.218,27)</b>
Operações de Captação no Mercado		(83.326.419,03)	(166.684.255,98)	(88.250.837,30)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	-	(3.203,33)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(736.689.509,83)	(1.356.029.338,44)	(1.194.379.636,88)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-	5.215,14	4.459,24
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>25.195.165,22</b>	<b>52.757.216,81</b>	<b>35.670.543,22</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>5.114.459,19</b>	<b>6.233.841,48</b>	<b>8.144.752,26</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	-	-	97.253,98
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(9.624.117,22)	(17.526.327,16)	(13.532.591,54)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(5.408.190,97)	(10.289.950,24)	(7.193.309,00)
Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(54.012,60)	(111.532,02)	(93.637,14)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	18.847.336,28	31.415.797,14	27.652.646,24
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	2.815.736,90	5.316.544,28	3.448.579,63
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(1.462.293,20)	(2.570.690,52)	(2.234.189,91)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>30.309.624,41</b>	<b>58.991.058,29</b>	<b>43.815.295,48</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>30</b>	<b>862.402,11</b>	<b>932.402,11</b>	<b>(13.693,99)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>31.172.026,52</b>	<b>59.923.460,40</b>	<b>43.801.601,49</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>14.700,00</b>	-	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		7.350,00	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		7.350,00	-	-
<b>PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS</b>		<b>(1.514.309,00)</b>	<b>(1.515.417,51)</b>	<b>(808.856,08)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>29.672.417,52</b>	<b>58.408.042,89</b>	<b>42.992.745,41</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SICOOB SP

CNPJ: 63.917.579/0001-71

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais



	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>	<b>29.672.417,52</b>	<b>58.408.042,89</b>	<b>42.992.745,41</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>347.011,04</b>	<b>369.337,53</b>	<b>1.286.881,23</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para o Resultado</b>			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas	347.011,04	369.337,53	1.286.881,23
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>30.019.428,56</b>	<b>58.777.380,42</b>	<b>44.279.626,64</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SICOOB SP  
 CNPJ: 63.917.579/0001-71  
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 Em Reais



	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>269.415.857,95</b>	-	<b>26.158.941,49</b>	<b>9.885.269,73</b>	-	<b>(1.823.175,08)</b>	<b>2.757.906,89</b>	<b>306.394.800,98</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>								
Distribuição de sobras para associados	2.757.906,89	-	-	-	-	-	(2.757.906,89)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00
<b>Movimentação de Capital:</b>								
Por Subscrição/Realização	30.003.433,56	-	-	-	-	-	-	30.003.433,56
Reversão/Realização de Reservas	-	-	-	(5.000.000,00)	(126.895,40)	-	-	(5.126.895,40)
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	-	-	2.178.564,00	2.178.564,00
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	42.992.745,41	42.992.745,41
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	1.286.881,23	-	1.286.881,23
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(35.441.126,36)	(35.441.126,36)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	35.441.126,36	-	-	-	-	-	-	35.441.126,36
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>								
Fundo de Reserva	-	-	3.376.894,55	-	-	-	(3.376.894,55)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(1.447.240,52)	(1.447.240,52)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(81.912,90)	(81.912,90)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>337.618.324,76</b>	-	<b>29.535.836,04</b>	<b>4.885.269,73</b>	<b>4.873.104,60</b>	<b>(536.293,85)</b>	<b>4.824.135,08</b>	<b>381.200.376,36</b>
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>337.618.324,76</b>	-	<b>29.535.836,04</b>	<b>4.885.269,73</b>	<b>4.873.104,60</b>	<b>(536.293,85)</b>	<b>4.824.135,08</b>	<b>381.200.376,36</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>								
Distribuição de sobras para associados	2.412.067,54	-	-	-	-	-	(2.412.067,54)	-
Constituição de Reservas	-	-	2.412.067,54	-	-	-	(2.412.067,54)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Movimentação de Capital:</b>								
Por Subscrição/Realização	83.470.000,00	-	-	-	-	-	-	83.470.000,00
Reversão/Realização de Reservas	-	-	5.484.420,70	-	-	-	(5.484.420,70)	-
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	-	-	1.064.723,45	1.064.723,45
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	58.408.042,89	58.408.042,89
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	369.337,53	-	369.337,53
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(48.481.246,44)	(48.481.246,44)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	48.481.246,44	-	-	-	-	-	-	48.481.246,44
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>								
Fundo de Reserva	-	-	1.601.143,98	-	-	-	(1.601.143,98)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(686.204,56)	(686.204,56)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(932.402,11)	(932.402,11)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>471.981.638,74</b>	-	<b>39.033.468,26</b>	<b>4.885.269,73</b>	<b>4.873.104,60</b>	<b>(166.956,32)</b>	<b>2.287.348,55</b>	<b>522.893.873,56</b>

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldos em 30/06/2023</b>	421.430.392,30	(45.000.000,21)	31.947.903,58	4.885.269,73	4.873.104,60	(513.967,36)	28.735.625,37	446.358.328,01
<b>Movimentação de Capital:</b>								
Por Subscrição/Realização	2.070.000,00	45.000.000,21	-	-	-	-	-	47.070.000,21
<b>Reversão/Realização de Reservas</b>	-	-	5.484.420,70	-	-	-	(5.484.420,70)	-
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>	-	-	-	-	-	-	1.064.723,45	1.064.723,45
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	-	-	-	-	-	-	29.672.417,52	29.672.417,52
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas</b>	-	-	-	-	-	347.011,04	-	347.011,04
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(48.481.246,44)	(48.481.246,44)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	48.481.246,44	-	-	-	-	-	-	48.481.246,44
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>								
Fundo de Reserva	-	-	1.601.143,98	-	-	-	(1.601.143,98)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(686.204,56)	(686.204,56)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(932.402,11)	(932.402,11)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	471.981.638,74	-	39.033.468,26	4.885.269,73	4.873.104,60	(166.956,32)	2.287.348,55	522.893.873,56

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>				
		<b>31.172.026,52</b>	<b>59.923.460,40</b>	<b>43.801.601,49</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(18.847.336,28)	(31.415.797,14)	(27.652.646,24)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	-	(5.215,14)	(4.459,24)
Provisões/Reversões Não Operacionais	30	(862.402,11)	(862.402,11)	-
Atualização de Depósitos em Garantia	28	(19.215,65)	(47.247,89)	(39.976,09)
Depreciações e Amortizações	26	264.029,35	510.868,76	463.936,85
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>		<b>11.707.101,83</b>	<b>28.103.666,88</b>	<b>16.568.456,77</b>
<b>(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais</b>				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(801.694.586,80)	7.614.010,86	(2.445.334.142,77)
Títulos e Valores Mobiliários		(896.482.716,02)	(1.116.004.933,40)	(651.699.068,99)
Operações de Crédito		172.939,70	1.416.063,00	1.321.195,88
Outros Ativos Financeiros		(1.237.109,79)	(1.234.709,79)	27.000,00
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(17.650,00)	(17.650,00)	(15.830,49)
Outros Ativos		319.690,66	(359.955,74)	(199.616,19)
<b>Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais</b>				
Depósitos a Prazo		(390.446.530,33)	246.427.306,62	453.273.889,46
Relações Interfinanceiras		1.812.503.605,74	1.900.368.153,93	1.805.135.265,73
Outros Passivos Financeiros		61.209,60	(7.464,01)	122.655,25
Provisões		19.215,65	47.247,89	39.976,09
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		281.605,51	131.407,50	218.472,40
Outros Passivos		(47.328.107,92)	(45.389.120,95)	(36.243.623,95)
FATES - Atos Cooperativos		(686.204,56)	(686.204,56)	(1.447.240,52)
FATES - Atos Não Cooperativos		(932.402,11)	(932.402,11)	(81.912,90)
Reversão/Realização de Fundos		1.064.723,45	1.064.723,45	2.178.564,00
Imposto de Renda Pago		4.571,50	-	-
Contribuição Social Pago		-	-	(5.523,42)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(312.690.643,89)</b>	<b>1.020.540.139,57</b>	<b>(856.141.483,65)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>				
Aquisição de Intangível	13	(41.716,00)	(41.716,00)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	12	609.578,95	(212.499,84)	(681.998,98)
Aquisição de Investimentos	11	(37.601.566,23)	(37.604.951,64)	(14.971.172,07)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(37.033.703,28)</b>	<b>(37.859.167,48)</b>	<b>(15.653.171,05)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>				
Aumento por novos aportes de Capital		47.070.000,21	85.882.067,54	30.003.433,56
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(2.412.067,54)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		48.481.246,44	48.481.246,44	35.441.126,36
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(5.126.895,40)
Outros Eventos/Reservas		-	-	5.000.000,00
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		<b>95.551.246,65</b>	<b>131.951.246,44</b>	<b>65.317.664,52</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(254.173.100,52)</b>	<b>1.114.632.218,53</b>	<b>(806.476.990,18)</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	6.625.301.881,92	5.256.496.562,87	6.062.973.553,05
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	6.371.128.781,40	6.371.128.781,40	5.256.496.562,87
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(254.173.100,52)</b>	<b>1.114.632.218,53</b>	<b>(806.476.990,18)</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em Reais (R\$)

#### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO SÃO PAULO**, doravante denominado **SICOOB SP**, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. O **SICOOB SP** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares.

O SICOOB SP, sediada à **AVENIDA PROFESSOR JOÃO FIÚSA, N° 2604, JARDIM CANADÁ, RIBEIRÃO PRETO - SP**, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.



As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 29/01/2024.

## **2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**

### **a) Mudanças em vigor**

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

**Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022:** a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, **a Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

**Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

## **a) Resumo do Plano de Implementação**

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

**Fase 1 - Avaliação (2022):** Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

**Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

**Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

**Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

**Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

**Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da norma.

**Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022:** dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

**Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF:** em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

**i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

**ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

**iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

**iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023:** define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

**A Resolução BCB nº 352/23**, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Em complemento, **a Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a **Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021**, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

## **2.2 Continuidade dos Negócios**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

## **2.3 Reapresentação de Informações Comparativas – CPC 23**

O Pronunciamento Técnico CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. Segundo o CPC 23, as Políticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações financeiras.

Com base nisso, até o exercício findo em 31/12/2022 a reversão dos dispêndios de FATES, realizada no encerramento anual de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa, era registrada na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC na linha de “Reversão/Realização de Fundos” no grupo de “Atividades de Financiamentos”. Considerando que as linhas de constituição de FATES são apresentadas no grupo de “Atividades Operacionais”, a fim de manutenção da tratativa contábil e comparabilidade dos saldos, a linha de “Reversão/Realização de Fundos” foi reclassificada para o grupo de “Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais”. O montante envolvido foi de R\$ 2.178.564,00.

A reapresentação descrita não resultou na modificação do saldo da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC apurada no exercício findo em 2022.

Descrição	31/12/2022 Originalmente Apresentado	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	16.568.456,77	-	16.568.456,77
<b>(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.445.334.142,77)	-	(2.445.334.142,77)
Títulos e Valores Mobiliários	(651.699.068,99)	-	(651.699.068,99)
Operações de Crédito	1.321.195,88	-	1.321.195,88
Outros Ativos Financeiros	27.000,00	-	27.000,00
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(15.830,49)	-	(15.830,49)
Outros Ativos	(199.616,19)	-	(199.616,19)
<b>Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais</b>			
Depósitos a Prazo	453.273.889,46	-	453.273.889,46
Relações Interfinanceiras	1.805.135.265,73	-	1.805.135.265,73
Outros Passivos Financeiros	122.655,25	-	122.655,25
Provisões	39.976,09	-	39.976,09
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	218.472,40	-	218.472,40
Outros Passivos	(36.243.623,95)	-	(36.243.623,95)
FATES - Atos Cooperativos	(1.447.240,52)	-	(1.447.240,52)
FATES - Atos Não Cooperativos	(81.912,90)	-	(81.912,90)
Reversão/Realização de Fundos	-	2.178.564,00	2.178.564,00
Imposto de Renda Pago	-	-	-
Contribuição Social Pago	(5.523,42)	-	(5.523,42)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(858.320.047,65)</b>	<b>2.178.564,00</b>	<b>(856.141.483,65)</b>

### 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

#### a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

### **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

### **e) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

### **f) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### **g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

### **h) Ativos não financeiros mantidos para venda**

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

#### **i) Depósitos em Garantia**

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **j) Investimentos**

Representados por ações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

#### **k) Imobilizado de Uso**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

#### **l) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

#### **m) Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

#### **n) Obrigações por Empréstimos e Repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

#### **o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.



#### **p) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira**

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

#### **q) Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### **r) Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### **s) Provisões**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

#### **t) Tributos**

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

#### **u) Segregação em Circulante e Não Circulante**

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

#### **w) Partes Relacionadas**

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

#### **x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

#### **y) Instrumentos Financeiros**

O SICOOB SP opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.



Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

#### 4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	3.419,99	1.842,29
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	5.821.517.759,78	5.095.757.829,96
Títulos e valores mobiliários	549.607.601,63	160.736.890,62
<b>TOTAL</b>	<b>6.371.128.781,40</b>	<b>5.256.496.562,87</b>

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no banco Sicoob com remuneração de 101% utilizados na gestão de fluxo de caixa diário da Cooperativa.

#### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Letras Financeiras Do Tesouro	-	-	-	795.396.328,24	-	795.396.328,24
Ligadas (a)	6.667.149.564,27	1.580.577.938,19	8.247.727.502,46	4.532.393.859,20	2.218.583.167,57	6.750.977.026,77
Ligadas Com Garantia	17.338.509,93	-	17.338.509,93	546.738,42	-	546.738,42
<b>TOTAL</b>	<b>6.684.488.074,20</b>	<b>1.580.577.938,19</b>	<b>8.265.066.012,39</b>	<b>5.328.336.925,86</b>	<b>2.218.583.167,57</b>	<b>7.546.920.093,43</b>

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 101% e 110% do CDI.

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
CDI Pós	-	598.255,34	8.264.467.757,05	8.265.066.012,39
<b>TOTAL</b>	-	<b>598.255,34</b>	<b>8.264.467.757,05</b>	<b>8.265.066.012,39</b>

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	592.434.000,52	1.088.211.322,52	1.022.951.023,76

## 6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação Em Cooperativa, Exceto Cooperativa. Central De Crédito (a)	-	29.883.000,00	29.883.000,00	-	29.883.000,00	29.883.000,00
Outras Participações (a)	-	114.500,00	114.500,00	-	114.500,00	114.500,00
Títulos de Renda Fixa (b)	284.996.942,60	4.164.230.817,32	4.449.227.759,92	-	3.333.222.826,52	3.333.222.826,52
Cotas de Fundos de Investimento	549.607.601,63	-	549.607.601,63	160.736.890,62	-	160.736.890,62
<b>TOTAL</b>	<b>834.604.544,23</b>	<b>4.194.228.317,32</b>	<b>5.028.832.861,55</b>	<b>160.736.890,62</b>	<b>3.363.220.326,52</b>	<b>3.523.957.217,14</b>

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Letas Financeiras do Tesouro Nacional.

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Títulos de Renda Fixa	-	284.996.942,60	4.164.230.817,32	4.449.227.759,92
Cotas de Fundos de Investimento	549.607.601,63	-	-	549.607.601,63
<b>TOTAL</b>	<b>549.607.601,63</b>	-	<b>4.449.227.759,92</b>	<b>4.998.835.361,55</b>

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	240.484.401,47	460.006.618,85	283.142.260,12
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	12.259.933,89	21.672.663,21	11.599.548,76
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(0,02)	(0,06)	(0,46)
<b>TOTAL</b>	<b>252.744.335,34</b>	<b>481.679.282,00</b>	<b>294.741.808,42</b>

## 7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados (Nota 32.b.i)	407.145,36	16.709,31	423.854,67	1.419.747,22	420.170,45	1.839.917,67
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>407.145,36</b>	<b>16.709,31</b>	<b>423.854,67</b>	<b>1.419.747,22</b>	<b>420.170,45</b>	<b>1.839.917,67</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	-	-	-	(5.215,14)	-	(5.215,14)
<b>TOTAL</b>	<b>407.145,36</b>	<b>16.709,31</b>	<b>423.854,67</b>	<b>1.414.532,08</b>	<b>420.170,45</b>	<b>1.834.702,53</b>

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	423.854,67	423.854,67	-	796.889,66	-
A 0,5% Normal	-	-	-	1.043.028,01	(5.215,14)
<b>Total Normal</b>	<b>423.854,67</b>	<b>423.854,67</b>	-	<b>1.839.917,67</b>	<b>(5.215,14)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>423.854,67</b>	<b>423.854,67</b>	-	<b>1.839.917,67</b>	<b>(5.215,14)</b>
<b>Provisões</b>	-	-	-	<b>(5.215,14)</b>	-
<b>Total Líquido</b>	<b>423.854,67</b>	<b>423.854,67</b>	-	<b>1.834.702,53</b>	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	104.227,67	302.917,69	16.709,31	423.854,67	1.839.917,67
<b>TOTAL</b>	<b>104.227,67</b>	<b>302.917,69</b>	<b>16.709,31</b>	<b>423.854,67</b>	<b>1.839.917,67</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Outros	423.854,67	100,00%	423.854,67	1.839.917,67
<b>TOTAL</b>	<b>423.854,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>423.854,67</b>	<b>1.839.917,67</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>(5.215,14)</b>	<b>(9.674,38)</b>
Constituições/ Reversões no período	5.215,14	4.459,24
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>(5.215,14)</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	423.854,67	100,00%	1.563.410,91	65,32%
<b>Total</b>	<b>423.854,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.393.457,31</b>	<b>100,00%</b>

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.325.239,60</b>	<b>5.330.635,10</b>
Valor das operações recuperadas no período	528.013,03	5.395,50
<b>Saldo Final</b>	<b>4.797.226,57</b>	<b>5.325.239,60</b>

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações Renegociadas

O **SICOOB SP** não apresentou operações de crédito renegociadas para o período de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## 8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Títulos e Créditos a Receber	337.383,51	899.726,28	1.237.109,79	-	-	-
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-	619.891,83	619.891,83	-	575.043,94	575.043,94
<b>TOTAL</b>	<b>337.383,51</b>	<b>1.519.618,11</b>	<b>1.857.001,62</b>	<b>-</b>	<b>575.043,94</b>	<b>575.043,94</b>

(a) A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui depósitos judiciais de R\$ 619.891,83 em dezembro de 2023 (R\$ 575.043,94 em dezembro de 2022).

## 9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	71.365,79	-	-71.365,79	53.715,79	-	-53.715,79
<b>TOTAL</b>	<b>71.365,79</b>		<b>-71.365,79</b>	<b>53.715,79</b>		<b>-53.715,79</b>

## 10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	34.660,03	-	34.660,03	13.638,86	-	13.638,86
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	108.070,00	-	108.070,00	-	-	-
Pagamentos a Ressarcir	-	-	-	53.500,00	-	53.500,00
Devedores Diversos – País (a)	430.579,20	-	430.579,20	208.838,90	-	208.838,90
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Próprios	1.775.833,62	-	1.775.833,62	-	1.775.833,62	1.775.833,62
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	1.516.840,63	1.516.840,63	-	1.516.840,63	1.516.840,63
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	-	-	-	-	(862.402,11)	(862.402,11)
Despesas Antecipadas (d)	144.709,33	-	144.709,33	82.085,06	-	82.085,06
<b>TOTAL</b>	<b>2.493.852,18</b>	<b>1.516.840,63</b>	<b>4.010.692,81</b>	<b>358.062,82</b>	<b>2.430.272,14</b>	<b>2.788.334,96</b>

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	71,42	-	71,42	104,12	-	104,12
Cooperativas Filiadas (Nota 32.b.i)	406.202,87	-	406.202,87	208.734,78	-	208.734,78
Outros Devedores Diversos	24.304,91	-	24.304,91	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>430.579,20</b>		<b>430.579,20</b>	<b>208.838,90</b>		<b>208.838,90</b>

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

## 11. Investimentos

a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Participações em Coligadas e Controladas no País (Nota 32.b.iii)	261.159.984,95	191.769.898,64
<b>TOTAL</b>	<b>261.159.984,95</b>	<b>191.769.898,64</b>

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

b) O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	Banco Sicoob	
	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações/quotas emitidas pelo Banco Sicoob	1.690.647.751	1.334.159.277
Número de ações/quotas	106.888.506	79.874.705
Patrimônio Líquido das Investidas	4.130.748.550,72	3.203.161.618,15
% de Participação no Capital Social das Investidas	6,32%	5,99%
Valor do Investimento	261.159.984,95	191.769.898,64

c) O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Movimentação	Banco Sicoob	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo em 31 de dezembro de 31/12/2021</b>		<b>147.859.199,10</b>
Aumento de Capital		27.535.370,83
Equivalência Patrimonial (Nota 32.b.iii)		27.652.646,24
Dividendos Recebidos		(12.564.198,76)
Ajuste a Valor de Mercado		1.286.881,23
<b>Saldo em 31 de dezembro de 31/12/2022</b>		<b>191.769.898,64</b>
Aumento de Capital		63.343.003,12
Equivalência Patrimonial (Nota 32.b.iii)		31.415.797,14
Dividendos Recebidos		(25.738.051,48)
Ajuste a Valor de Mercado		369.337,53
<b>Saldo em 31/12/2023</b>		<b>261.159.984,95</b>

## 12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso		74.760,91	71.706,03
Instalações	10%	1.824.074,71	1.824.074,71
Móveis e equipamentos de Uso	10%	800.065,97	797.410,97
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.289.445,78	1.085.335,82
Sistema de Segurança	10%	215.869,82	215.869,82
Sistema de Transporte	20%	-	91.000,00
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>4.204.217,19</b>	<b>4.085.397,35</b>
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(553.483,18)	(353.348,98)

(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.212.328,60)	(914.239,70)
(-) Depreciação Acum. Veículos		-	(91.000,00)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(1.765.811,78)</b>	<b>(1.358.588,68)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.438.405,41</b>	<b>2.726.808,67</b>

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

O quadro abaixo apresenta a movimentação do imobilizado:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Imobilizado em Curso	0%	74.760,91	1.455.762,50	(1.452.707,62)	-	71.706,03
Instalações	10%	1.824.074,71	-	-	-	1.824.074,71
Móveis e equipamentos de Uso	10%	800.065,97	5.335,00	(2.680,00)	-	797.410,97
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.289.445,78	204.109,96	-	-	1.085.335,82
Sistema de Segurança	10%	215.869,82	-	-	-	215.869,82
Sistema de Transporte	20%	-	-	(91.000,00)	-	91.000,00
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>4.204.217,19</b>	<b>1.665.207,46</b>	<b>(1.546.387,62)</b>	<b>-</b>	<b>4.085.397,35</b>
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(553.483,18)	-	-	(200.134,20)	(353.348,98)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.212.328,60)	-	-	(298.088,90)	(914.239,70)
Depreciação Acumulada de Veículos		-	-	-	91.000,00	(91.000,00)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(1.765.811,78)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(407.223,10)</b>	<b>(1.358.588,68)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.438.405,41</b>	<b>1.665.207,46</b>	<b>(1.546.387,62)</b>	<b>(407.223,10)</b>	<b>2.726.808,67</b>

### 13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	10%	246.646,48	218.902,43
Licenças E Direitos Autorais E De Uso		6.400,00	6.400,00
<b>Intangível</b>		<b>253.046,48</b>	<b>225.302,43</b>
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(196.949,83)	(200.956,12)
<b>Total de Amortização de ativos Intangíveis</b>		<b>(196.949,83)</b>	<b>(200.956,12)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>56.096,65</b>	<b>24.346,31</b>

### 14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	Taxa média	Prazo máximo	31/12/2023		31/12/2022	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito a Prazo (Nota 32.b.i)	103% a.a.	09/12/2025	62.365.076,17	1.074.429.776,20	439.026.876,64	451.340.669,11
<b>TOTAL</b>			<b>62.365.076,17</b>	<b>1.074.429.776,20</b>	<b>439.026.876,64</b>	<b>451.340.669,11</b>

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	698.752.164,09	61%	627.317.692,11	70%
10 Maiores Depositantes	1.123.862.219,53	99%	888.887.939,31	99%
<b>Total</b>	<b>1.136.794.852,37</b>	<b>100%</b>	<b>890.367.545,75</b>	<b>100%</b>

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos a Prazo – RDC junto às Cooperativas Singulares.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos a Prazo	(83.326.419,03)	(166.684.255,98)	(88.250.837,30)
<b>TOTAL</b>	<b>(83.326.419,03)</b>	<b>(166.684.255,98)</b>	<b>(88.250.837,30)</b>

## 15. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média parcial de 2023, equivalem a 100% do CDI (2022 - 100%).

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Centralização Financeira – Cooperativas (Nota 32.b.i)	11.893.004.043,53	-11.893.004.043,53	0,00	9.992.635.889,60	-9.992.635.889,60	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.893.004.043,53</b>	<b>-11.893.004.043,53</b>	<b>0,00</b>	<b>9.992.635.889,60</b>	<b>-9.992.635.889,60</b>	<b>0,00</b>

## 16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	253.762,18	0,00	253.762,18	261.226,19	0,00	261.226,19
<b>TOTAL</b>	<b>253.762,18</b>	<b>0,00</b>	<b>253.762,18</b>	<b>261.226,19</b>	<b>0,00</b>	<b>261.226,19</b>



## 17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Contingências	-	619.891,83	619.891,83	-	572.643,94	572.643,94
<b>TOTAL</b>	-	<b>619.891,83</b>	<b>619.891,83</b>	-	<b>572.643,94</b>	<b>572.643,94</b>

A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui depósitos judiciais de R\$ 619.891,83 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 572.643,94 em 2022). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente. Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira de cooperativa de crédito constitui ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais "CARF", quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas. Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil ainda não foram pacificados. Portanto, em 31 de dezembro de 2023, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 619.891,83 (R\$ 572.643,94 em 31 de dezembro de 2022), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite.

### (a) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
COFINS	619.891,83	619.891,83	572.643,94	572.643,94
Outras Contingências	-	-	-	2.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>619.891,83</b>	<b>619.891,83</b>	<b>572.643,94</b>	<b>575.043,94</b>

### b.1) Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo Inicial</b>	<b>572.643,94</b>	<b>532.667,85</b>
Atualizações	47.247,89	39.976,09
<b>Saldo Final</b>	<b>619.891,83</b>	<b>572.643,94</b>

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SP, não existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo classificados com risco de perda possível.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

## 18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	28.509,86	-	28.509,86	24.173,98	-	24.173,98
Impostos e Contribuições sobre Salários	808.349,46	-	808.349,46	681.277,84	-	681.277,84
<b>TOTAL</b>	<b>836.859,32</b>		<b>-836.859,32</b>	<b>705.451,82</b>		<b>-705.451,82</b>

## 19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	5.033.808,32	-	5.033.808,32	3.774.472,18	-	3.774.472,18
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	1.880.583,31	-	1.880.583,31	987.951,83	-	987.951,83
Credores Diversos – País (c)	2.602.021,41	-	2.602.021,41	146.446,03	-	146.446,03
<b>TOTAL</b>	<b>9.516.413,04</b>		<b>-9.516.413,04</b>	<b>4.908.870,04</b>		<b>-4.908.870,04</b>

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	1.514.309,00	-	1.514.309,00	808.856,08	-	808.856,08
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	3.519.499,32	-	3.519.499,32	2.965.616,10	-	2.965.616,10
<b>TOTAL</b>	<b>5.033.808,32</b>		<b>-5.033.808,32</b>	<b>3.774.472,18</b>		<b>-3.774.472,18</b>

(a.1) A Participação dos Colaboradores no Resultado está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	1.203.618,51	-	-1.203.618,51	884.725,92	-	-884.725,92
Segurança e Vigilância	44.725,63	-	-44.725,63	7.464,37	-	-7.464,37
Manutenção e Conservação de Bens	415.287,80	-	-415.287,80	11.475,14	-	-11.475,14
Seguro	-	-	-	1.963,48	-	-1.963,48
Aluguéis	70.003,16	-	-70.003,16	38.716,88	-	-38.716,88
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	146.948,21	-	-146.948,21	43.606,04	-	-43.606,04
<b>TOTAL</b>	<b>1.880.583,31</b>	<b>-</b>	<b>-1.880.583,31</b>	<b>987.951,83</b>	<b>-</b>	<b>-987.951,83</b>

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	12.522,28	-	-12.522,28	203,33	-	-203,33
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	20.106,53	-	-20.106,53	-	-	-
Outros Credores Diversos - País	2.569.392,60	-	-2.569.392,60	146.242,70	-	-146.242,70
<b>TOTAL</b>	<b>2.602.021,41</b>	<b>-</b>	<b>-2.602.021,41</b>	<b>146.446,03</b>	<b>-</b>	<b>-146.446,03</b>

## 20. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

As subscrições de capital realizadas no período basearam-se no Plano de Capital aprovado pelo Conselho de Administração em 29/04/2021 conforme Ata Sumária nº 51 da Assembleia Geral Ordinária e revisado em 28/04/2023 conforme Ata Sumária nº 56 da Assembleia Geral Ordinária.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	471.981.638,74	337.618.324,76
Quantidade de Cooperados	14	14

**b) Fundo de Reserva**

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

**c) Outras Reservas**

Constituída em exercícios anteriores, a reserva de contingência é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinada para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em vinte e quatro de dezembro de 2018, foi deliberado pela retirada da reserva de contingência do Estatuto Social, bem como, foi deliberado pela utilização integral dos montantes constituídos até aquela data, para cobertura das contribuições ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob Confederação.

**d) Reservas para Contingências**

Registra os valores do Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV, constituído em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2021, visando o atendimento dos interesses das Singulares filiadas.

**e) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2023 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os Associados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2022 da seguinte forma:

- 50% para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 2.412.067,54;
- 50% para Conta Capital, no valor de R\$ 2.412.067,54;

**f) Destinações Estatutárias e Legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Sobras do exercício</b>	<b>9.926.796,45</b>	<b>7.551.619,05</b>
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(932.402,10)	(81.912,90)
(+) Absorção de FATES	1.064.723,45	2.178.564,00
(-) Absorção Estatutária	(5.484.420,70)	-
<b>Base de cálculo das destinações</b>	<b>4.574.697,10</b>	<b>9.648.270,15</b>
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (35%)	(1.601.143,99)	(3.376.894,55)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (15%)	(686.204,57)	(1.447.240,52)
<b>Sobras à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>2.287.348,55</b>	<b>4.824.135,08</b>

35% para a Reserva Legal, sobre as sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva além das destinações previstas no estatuto social.

15% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre as sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

#### **g) Outros Resultados Abrangentes**

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No período de 31 de dezembro de 2023, o SICOOB SP realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

#### **h) Juros ao Capital Próprio**

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ 48.481.246,44 e 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 35.441.126,36. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

### **21. Resultado de Atos Não Cooperativos**

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receita de prestação de serviços	-	97.253,98
Despesas específicas de atos não cooperativos	-	(12,48)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-	(1.634,61)
<b>Resultado operacional</b>	-	<b>95.606,89</b>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	932.402,10	(13.693,99)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	932.402,10	81.912,90
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>932.402,10</b>	<b>81.912,90</b>

## 22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Empréstimos (Nota 32.b.i)	32.758,22	90.570,87	601.533,81
Renegociação de Dívidas (Nota 31)	-	4.956.407,67	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	-	528.013,03	5.395,50
<b>TOTAL</b>	<b>32.758,22</b>	<b>5.574.991,57</b>	<b>606.929,31</b>

## 23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(83.326.419,03)	(166.684.255,98)	(88.250.837,30)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-	-	(3.203,33)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos (Nota 32.b.i)	(736.689.509,83)	(1.356.029.338,44)	(1.194.379.636,88)
<b>Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>-</b>	<b>5.215,14</b>	<b>4.459,24</b>
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	-	5.215,14	25.277,29
Provisões para Operações de Crédito	-	-	(20.818,05)
<b>TOTAL</b>	<b>(820.015.928,86)</b>	<b>(1.522.708.379,28)</b>	<b>(1.282.629.218,27)</b>

## 24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Outros Serviços	-	-	97.253,98
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>97.253,98</b>

## 25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(155.528,87)	(306.462,37)	(269.999,96)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.008.072,23)	(3.599.960,26)	(2.523.541,71)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.207.717,07)	(2.201.457,41)	(1.584.270,60)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.887.867,35)	(3.546.001,87)	(2.706.652,07)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.342.721,50)	(7.839.410,65)	(6.413.450,89)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	-	(6.876,48)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(22.210,20)	(33.034,60)	(27.799,83)
<b>TOTAL</b>	<b>(9.624.117,22)</b>	<b>(17.526.327,16)</b>	<b>(13.532.591,54)</b>

## 26. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(63.564,11)	(111.343,20)	(99.072,14)
Despesas de Aluguéis	(450.905,27)	(806.980,09)	(570.107,61)
Despesas de Comunicações	(83.702,86)	(140.593,70)	(119.972,17)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(180.725,28)	(295.751,81)	(241.564,71)
Despesas de Material	(47.169,20)	(83.599,93)	(74.097,78)
Despesas de Processamento de Dados	(1.059.288,95)	(1.505.508,89)	(579.522,61)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.078.043,57)	(2.570.432,14)	(1.208.254,59)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(14.494,23)	(19.930,23)	(8.400,00)
Despesas de Seguros	(76.387,51)	(151.568,58)	(144.640,97)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(702.971,98)	(1.303.055,86)	(1.187.368,35)
Despesas de Serviços de Terceiros	(15.390,56)	(62.086,10)	(27.531,19)

Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(129.102,14)	(196.548,02)	(123.188,52)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(412.867,98)	(983.229,42)	(1.073.590,51)
Despesas de Transporte	(47.233,30)	(84.335,33)	(56.503,67)
Despesas de Viagem no País	(225.233,58)	(466.271,29)	(237.112,35)
Despesas de Depreciação/Amortização	(264.029,35)	(510.868,76)	(463.936,85)
Outras Despesas Administrativas	(557.081,10)	(997.846,89)	(978.444,98)
<b>TOTAL</b>	<b>(5.408.190,97)</b>	<b>(10.289.950,24)</b>	<b>(7.193.309,00)</b>

a) As Outras Despesas Administrativas estão compostas:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Livros jornais e revistas	(12.569,70)	(25.675,45)	(5.368,90)
Condomínio	-	-	(7.584,71)
Emolumentos judiciais e cartorários	(215,00)	(328,80)	(538,08)
Copa/cozinha	(29.400,38)	(42.569,71)	(30.642,03)
Lanches e refeições	(86.886,29)	(173.802,42)	(80.160,81)
Uniformes e vestuários	(24.560,60)	(24.560,60)	-
Contribuição a OCE	(37.960,14)	(75.920,28)	(74.980,58)
Taxas da junta comercial	-	-	(3.570,40)
Medicamentos	-	-	(1.296,64)
Mensalidades diversas	(30.542,97)	(60.963,43)	(55.991,97)
Ações judiciais	-	(2.400,00)	-
Serviço tesouraria Bancoob	(239.939,06)	(460.311,69)	(423.747,05)
Outras despesas administrativas	(95.006,96)	(131.314,51)	(294.563,81)
<b>TOTAL</b>	<b>(557.081,10)</b>	<b>(997.846,89)</b>	<b>(978.444,98)</b>

## 27. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(16.389,08)	(38.725,46)	(36.176,11)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	-	-	(12,48)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(37.623,52)	(72.806,56)	(57.448,55)
<b>TOTAL</b>	<b>(54.012,60)</b>	<b>(111.532,02)</b>	<b>(93.637,14)</b>

## 28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	2.427.288,00	4.546.248,72	2.748.645,65
Atualização depósitos judiciais	19.215,65	47.247,89	39.976,09
Outras rendas operacionais	369.233,25	723.047,67	659.957,89
<b>TOTAL</b>	<b>2.815.736,90</b>	<b>5.316.544,28</b>	<b>3.448.579,63</b>

## 29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(19.215,65)	(47.247,89)	(39.976,09)
Outras Despesas Operacionais	(6.581,83)	(6.787,60)	(15.649,82)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.436.495,72)	(2.516.655,03)	(2.178.564,00)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.462.293,20)</b>	<b>(2.570.690,52)</b>	<b>(2.234.189,91)</b>



### 30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	70.000,00	-
<b>Provisões/Reversões Não Operacionais</b>	<b>862.402,11</b>	<b>862.402,11</b>	-
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	862.402,11	862.402,11	-
(-) Outras Despesas Não Operacionais	-	-	(13.693,99)
<b>TOTAL</b>	<b>862.402,11</b>	<b>932.402,11</b>	<b>(13.693,99)</b>

### 31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no período de 31 de dezembro de 2023 foram identificados os eventos considerados "resultados não recorrentes" no valor de R\$ 5.484.420,70 (2022 - R\$ 0,00), equivalente a recuperação de créditos baixados como prejuízo (R\$ 528.013,03) e correção de dívida (R\$ 4.956.407,67) executada no processo de execução nº 0000785-25.2001.8.26.0099 – 3ª vara cível de Bragança Paulista/SP.

### 32. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

#### a) Remuneração do pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Período de 31/12/2023 e 31/12/2022 (R\$)		
Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(3.599.960,26)	(2.523.541,71)
Encargos Previdenciários	(833.524,17)	(633.819,54)
F.G.T.S. Diretoria	(200.953,15)	(135.400,08)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.634.437,58)</b>	<b>(3.292.761,33)</b>

#### b) Operações com entidades relacionadas

As operações do SICOOB SP são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

#### i) Cooperativas Singulares filiadas

A Central é composta por 14 Cooperativas Singulares filiadas, que são instituições financeiras resultantes da união de pessoas que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e aos cooperados. Dessa forma, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços do SICOOB SP e seus donos.



Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>				
Repasse Interfinanceiros	-	-	-	-
Operações de Créditos (Notas 7 e 22)	423.854,67	1.834.702,53	5.046.978,54	601.533,81
Rateio/Alocação Filiadas (Nota 10.a)	406.202,87	208.734,78	-	-
<b>Passivo</b>				
Depósitos a Prazo (Notas 14)	1.136.794.852,37	890.367.545,75	(166.684.255,98)	(88.250.837,30)
Centralização Financeira (Notas 15 e 23)	11.893.004.043,53	9.992.635.889,60	(1.356.029.338,44)	(1.194.379.636,88)
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital Social (Nota 20)	471.981.638,74	337.618.324,76	-	-

(a) A centralização financeira pode ser conferida com a nota “Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Cooperativas” (Nota 15).

#### ii) Centro Cooperativo Sicoob - CCS

O Sicoob Confederação é uma cooperativa de 3º grau, constituída pela união das Centrais do Sistema Sicoob. Tem por finalidade representar institucionalmente todo o Sistema, sendo responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas do Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>				
Participações de Cooperativas (Nota 6)	29.448.615,41	29.448.615,41	-	-

#### iii) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	8.265.066.012,39	7.546.920.093,43	1.088.211.322,52	1.022.951.023,76
Investimentos (Nota 11)	261.159.984,95	191.769.898,64	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Ajustes em Investimentos	(166.956,32)	(536.293,85)	-	-
<b>Resultado</b>				
Equivalência Patrimonial (Nota 11)	31.415.797,14	27.652.646,24	31.415.797,14	27.652.646,24

(a) O valor de investimento pode ser conferido com a nota “Investimentos” (Nota 11).

#### iv) SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.

Em 2020 foi constituída a SicoobSP Corretora de Seguros, sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>				
Participações de Cooperativas (Nota 6)	51.000,00	51.000,00	-	-

#### v) Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda.

Em 2020 foi constituída a Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda., sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. A sociedade tem por objetivo social a compra e administração de operações de crédito, aquisições de bens móveis e imóveis e participação em outras sociedades.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>				
Participações de Cooperativas (Nota 6)	51.000,00	51.000,00	-	-

### 33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	313.961.569,65	227.523.734,42
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.943.212.212,31	1.484.153.197,87
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	15,40%	14,62%

### 34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

### **34.1 Risco operacional**

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### **34.2 Risco de Crédito**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### **34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros**

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

#### **34.4 Risco de Liquidez**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

### 34.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

**Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

**Risco Ambiental:** o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

**Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

### 34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos



severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

### **34.7 Gestão de Continuidade de Negócios**

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

### **34.8 Risco Cibernético**

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;



c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;

d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

### **35. Seguros Contratados – Não Auditado**

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**RIBEIRÃO PRETO-SP**

**RODRIGO MATHEUS SILVA DE MORAES  
DIRETOR EXECUTIVO**

**JORGE LOPES SANTOS  
DIRETOR DE SUPERVISÃO E RISCOS**

**THIAGO MILSON DE ALVARENGA ARAUJO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**GABRIEL BARALDI ZOLLA  
CONTADOR – 1SP29338534**

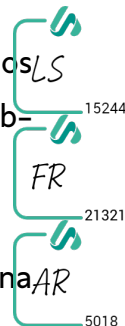
## 1. Introdução

O Comitê de Auditoria (Coaud ou Comitê) é órgão estatutário regularmente constituído pela Cooperativa Central Sicoob São Paulo (Central Sicoob-SP), que atua em consonância com as disposições constantes da Resolução CMN nº 4.910, de 2021. É composto por três membros, tendo o seu funcionamento disciplinado pelo Regimento Interno e pelas normas que norteiam a atuação dos comitês de auditoria no âmbito do cooperativismo de crédito.

## 2. Atividades desenvolvidas

Entre as atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2023, este Comitê destaca, pela relevância, os seguintes:

- a. Acompanhamento do planejamento e avaliação da efetividade e da adequação dos trabalhos prestados pelo auditor independente (Ernest Young – EY) à Central Sicoob-SP;
- b. Monitoramento da independência da EY em relação à Administração do Sicoob-SP;
- c. Supervisão dos trabalhos da Auditoria Interna da Central Sicoob-SP (Auditoria Interna do Centro Cooperativo Sicoob) e da auditoria cooperativa;
- d. Revisão das demonstrações financeiras intermediárias elaboradas com data-base de 30 de setembro de 2023 e das demonstrações semestrais e anuais com data base de 31 de dezembro de 2023, inclusive com relação à qualidade e à integridade, previamente à avaliação pelo Conselho de Administração e à divulgação;
- e. Acompanhamento do funcionamento das estruturas e da efetividade dos controles internos da Central Sicoob-SP;
- f. Acompanhamento da efetividade das estruturas unificadas de gerenciamento dos riscos a que a Central Sicoob-SP está exposta em suas operações e negócios;
- g. Procedimentos de gerenciamento de riscos e de controles internos que abarcam, inclusive, as operações de centralização financeira;



- h. Acompanhamento da atuação da Auditoria Auxiliar em relação às cooperativas singulares afiliadas à Central Sicoob-SP;
- i. Acompanhamento da atuação da Ouvidoria, inclusive com relação à observância das normas aplicáveis;
- j. Interação regular com o Comitê de Riscos em relação ao gerenciamento dos aspectos mais relevantes dos riscos de crédito, de mercado, cibernético, operacional, RSAC (riscos social, ambiental e climático), de liquidez e IRRBB, entre outros;
- k. Avaliação do cumprimento dos limites regulamentares (indicadores prudenciais) e dos limites de riscos constantes da Declaração de Appetite por Riscos (RAS); e
- l. Monitoramento do Canal de Denúncias com relação à eventual irregularidade, à fraude ou à suspeita de fraude ou, ainda, a erro na elaboração das DFs ou na condução das operações e dos negócios da Central Sicoob-SP.

LS 15244  
FR 21321  
AR 5018

### 3. Auditoria Independente

No semestre, este Comitê manteve com os auditores independentes comunicação fluída, visando à discussão dos resultados de seus trabalhos, inclusive sobre os aspectos contábeis relevantes, subsidiando os seus membros na fundamentação da opinião sobre a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis e das demonstrações financeiras elaboradas no semestre.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou continuamente as situações que pudessem caracterizar conflito de interesse ou quebra da independência na realização dos trabalhos do Auditor Independente.

Sendo assim, o Comitê avalia, como satisfatórios, o volume e a qualidade das informações fornecidas pelo auditor independente, as quais constituíram subsídios para a sua avaliação sobre a qualidade e a integridade das DFs e dos relatórios financeiros da Central Sicoob-SP.

#### 4. Auditoria Interna

O Comitê acompanhou, por meio de reuniões periódicas, o cumprimento do planejamento e do cronograma de execução dos trabalhos previstos no plano anual de auditoria, bem como daqueles realizados extraordinariamente. O Plano de Auditoria, que direcionou os trabalhos de auditoria em 2023, foi aprovado pelo Comitê e, na sequência, pelo Conselho de Administração, inclusive as suas revisões trimestrais.

Por meio dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e das avaliações sobre a estrutura, o gerenciamento e os controles dos riscos assumidos pela Central Sicoob-SP, este Comitê pode confirmar a consistência dos processos de geração de relatórios utilizados pela Administração como subsídios em suas decisões e na elaboração das demonstrações contábeis e das DFs.

Com base no resultado dos trabalhos e nas avaliações da Auditoria Interna e nas informações de outras fontes, este Comitê considera que as ações adotadas para o gerenciamento e para o controle dos riscos estão adequadamente definidas e apropriadamente direcionadas, havendo adequado controle sobre os riscos assumidos pela Central Sicoob-SP.



LS 15244  
FR 21321  
AR 5018

#### 5. Cumprimento da legislação e da regulamentação e efetividade dos sistemas de controles internos

Este Comitê, com base na avaliação das informações e dos documentos recebidos das áreas de Controles Internos, de Compliance e de Risco Operacional, das informações constantes do relatório semestral produzido pela auditoria independente e do resultado dos trabalhos da Auditoria Interna, não identificou qualquer falha no cumprimento da legislação, da regulamentação ou das normas internas que possa colocar em risco a continuidade da Central Sicoob-SP ou que possa afetar, de forma relevante, a qualidade e a integridade das DFs elaboradas no semestre objeto deste relatório.

## 6. Supervisão Auxiliar

O Comitê avaliou as ações da supervisão auxiliar realizadas pela Central Sicoob-SP, com ênfase na identificação de pontos de atenção e no gerenciamento e no acompanhamento da implementação dos planos de ações corretivas e de aprimoramento pelas cooperativas singulares auditadas, concluindo pela efetividade da Supervisão Auxiliar.

Este Comitê desenvolveu as suas atividades com foco na avaliação das rotinas e das interações da área com as cooperativas singulares afiliadas à Central Sicoob-SP, incluindo o Painel de Avaliação de Riscos das cooperativas singulares.

Por meio desse painel, a Supervisão auxiliar fornece o apoio necessário para a elaboração dos planos de trabalho das cooperativas singulares destinadas ao saneamento de eventuais fragilidades ou deficiências e realiza o acompanhamento da implementação das ações previstas.

O Comitê acompanhou também a efetividade do monitoramento, pela Supervisão Auxiliar dos apontamentos da auditoria cooperativa, da Auditoria Interna e do Auditor Independente, abrangendo tanto a Central Sicoob-SP quanto as cooperativas singulares afiliadas.

## 7. Demonstrações Financeiras

Por meio das avaliações acima mencionadas e com base no relatório dos auditores independentes, o Comitê concluiu que as demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas explicativas e o relatório da Administração, refletem adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Sicoob-SP. Não foi identificado, por este Comitê, qualquer ponto que pudesse impactar negativamente a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras elaboradas no semestre objeto deste relatório.

## 8. Conclusão

Considerando o resultado das avaliações mencionadas nos parágrafos precedentes, este Comitê de Auditoria recomendou a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras elaboradas com data-base de 31 de dezembro de 2023, uma vez que atendem, nos aspectos relevantes, aos requisitos de qualidade e de integridade.

Ribeirão Preto (SP), 6 de março de 2024.

  
*Luis Carlos Spaziani*  
15244  
**Luis Carlos Spaziani**  
Coordenador do Comitê de Auditoria

  
*Antonio Cláudio Rodrigues*  
5018  
**Antonio Claudio Rodrigues**  
Membro do Comitê de Auditoria

  
*Fábio Haenel Villela Rosa*  
21321  
**Fábio Haenel Villela Rosa**  
Membro do Comitê de Auditoria

### Relatório do 2º semestre do Comitê \_VF.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 7FF79-6A2E9-374BD



Solicitação de assinatura iniciada por: Kethellin C. d. S. G. em 19/03/2024

## Assinaturas



Luis Carlos Spaziani  
Assinou Eletronicamente



15244

Assinou em: 19 de março de 2024, 15:32:53 | E-mail: lui\*\*\*\*\*@gm\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 177.67.241.104 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 122.0.0.0, Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-7298



Antonio Cláudio Rodrigues  
Assinou Eletronicamente



5018

Assinou em: 19 de março de 2024, 15:51:50 | E-mail: cla\*\*\*\*\*@si\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 191.5.136.250 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 122.0.0.0, Windows 10 | Celular: \*\*\*\*\*7696



Fábio Haenel Villela Rosa  
Assinou Eletronicamente



21321

Assinou em: 19 de março de 2024, 19:00:45 | E-mail: fab\*\*\*\*@co\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 152.249.222.143 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Mobile Safari 17.3.1, iOS 17.3.1 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-4633

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB SP, com sede na Av. Prof. João Fiúsa, 2604 - Jardim Canada, Ribeirão Preto - SP, 14024-260, SP, inscrita no CNPJ 63.917.579/0001-71, no desempenho de suas funções definidas na legislação, no Estatuto Social e Regimento Interno vigentes, procederam ao exame e análises do Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2023, bem como, as respectivas notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes emitido em 20 de fevereiro de 2024.

O Conselho Fiscal opina no sentido de ordem legal, favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações contábeis em 15 de março de 2024.

Ribeirão Preto-SP, 15 de março 2024



*Antonio Carlos De Mello*

5024

**Antônio Carlos de Mello**  
**Conselheiro Fiscal Efetivo**



*Jacob Tosello Junior*

11349

**Jacob Tosello Júnior**  
**Conselheiro Fiscal Efetivo**



*Sonivaldo Grunzweig Pinto*

5021

**Sonivaldo Grunzweig Pinto**  
**Conselheiro Fiscal Efetivo**



### Parecer do Conselho Fiscal - 31.12.2023.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: E9D32-73B72-054E9

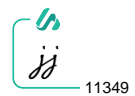


Solicitação de assinatura iniciada por: Kethellin C. d. S. G. em 19/03/2024

## Assinaturas



**jacob tosello junior**  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 19 de março de 2024, 10:02:48 | E-mail: jac\*\*\*\*\*@si\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 254.74.178.226 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome Mobile iOS 118.0.5993.69, iOS 17.4 | Celular: \*\*\*\*\*2729



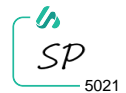
**Antonio Carlos de Mello**  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 19 de março de 2024, 10:35:37 | E-mail: ant\*\*\*\*\*@cr\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 189.108.207.52 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 122.0.0.0, Windows 10 | Celular: \*\*\*\*\*8083



**Sonivaldo Grunzweig Pinto**  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 19 de março de 2024, 10:39:30 | E-mail: son\*\*\*\*\*@si\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 168.197.180.230 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Mobile Safari 17.2, iOS 17.2.1 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-4862